

**Festividades tradicionais e desenvolvimento territorial na região de Campos e lagos,
Maranhão**

***Tradicional festivities and territorial development in the Campos and lake region,
Maranhão***

Lunapraia de Jesus Mendes Garcia
UEMA. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Itaan de Jesus Pastor Santos
UEMA. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

GT 07 - Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo: O objetivo do trabalho é discutir as dinâmicas das festividades tradicionais da região de Campos e lagos, Maranhão, a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial, atrelado a ideia de governança territorial e de renda de qualidade territorial. A dinâmica dessas festividades tradicionais foram identificadas a partir dos resultados da metodologia do projeto “Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos no Maranhão”, da proposta Nº 003/2022 - INICIATIVA AMAZÔNIA+10/ FAPEMA, desenvolvido a partir do ano de 2022, por meio do núcleo de extensão e desenvolvimento da UEMA(LABEX). Dentre os objetivos específicos do projeto que guiam a construção deste artigo, destacamos o objetivo i) inventariar e analisar os componentes potenciais e já ativados da CBST nos territórios amazônicos: produtos e serviços de qualidade territorial, bens públicos (paisagem; patrimônio natural, cultural, histórico e arquitetônico) e sistema de governança territorial. Na região de Campos e lagos, a partir da metodologia da Cesta de bens e serviços territoriais, a cultura popular pode ser entendida como um ativo específico, pela sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento territorial e gerar uma renda de qualidade territorial, uma vez que pode fortalecer a capacidade de um território em utilizar seus recursos de maneira eficiente e inovadora, quando associada, por exemplo, a uma proposta de turismo rural de base comunitária.

Palavras-chave: Festividades tradicionais, Desenvolvimento territorial, Região de Campos e Lagos/ Maranhão.

Abstract: The objective of this work is to discuss the dynamics of traditional festivities in the Campos e Lagos region, Maranhão, from the perspective of territorial development, tied to the idea of territorial governance and quality territorial income. The dynamics of these traditional festivities were identified based on the results of the methodology of the project “Innovation and Sustainable Transition: Basket of Goods and Services in Amazonian Territories in Maranhão”, proposal No. 003/2022 - AMAZON INITIATIVE+10 / FAPEMA, developed from the year 2022, through the UEMA Extension and Development Center (LABEX). Among the specific objectives of the project that guide the construction of this article, we highlight the objective i) to inventory and analyze the potential and already activated components of the CBST in Amazonian territories: products and services of territorial quality, public goods (landscape; natural, cultural, historical, and architectural heritage) and the territorial governance system. In the Campos and lakes region, based on the methodology of the Basket of territorial goods and services, popular culture can be understood as a specific asset, due to its ability to contribute to territorial development and generate a territorial quality income, since it can strengthen a territory's capacity to use its resources efficiently and innovatively, when associated, for example, with a community-based rural tourism proposal.

Keywords: Traditional festivities, Territorial development, Campos and Lakes region / Maranhão.

1. Introdução

O objetivo do trabalho é discutir as dinâmicas das festividades tradicionais da região de Campos e lagos, Maranhão, a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial, atrelado a ideia de governança territorial e de renda de qualidade territorial. As dinâmicas dessas festividades tradicionais foram identificadas a partir dos resultados da metodologia do projeto “Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos no Maranhão”, da proposta Nº 003/2022 - INICIATIVA AMAZÔNIA+10/ FAPEMA, desenvolvido a partir do ano de 2022, por meio do núcleo de extensão e desenvolvimento da UEMA(LABEX).

O projeto “Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos no Maranhão”, tem como finalidade a co-construção por atores públicos, privados e associativos, de um arcabouço teórico-metodológico de análise de desenvolvimento territorial, a partir do enfoque da “Cesta de bens e serviços territoriais” (CBST), propondo-se ações para transições sustentáveis nos Campos e Lagos, Maranhão. O enfoque teórico-metodológico da CBST identifica recursos e ativos que possam constituir uma oferta composta e sinérgica de produtos e serviços territoriais. Para isso, são mobilizados atributos ambientais, paisagísticos, arquitetônicos, históricos e culturais associados a sistemas agroalimentares localizados e ao turismo rural de base comunitária (TRBC), por meio da governança territorial, elementos que orientam as ações para a geração de uma renda de qualidade territorial.

A metodologia “Cesta de bens e serviços territoriais” parte do estudo de regiões agrícolas francesas em crise no final do século 20, onde pesquisadores observaram que algumas áreas rurais ativaram recursos territoriais específicos, resultando em bens e serviços diferenciados que deram origem ao enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Essa metodologia foi estimulada pela organização coletiva de atores locais, revelando-se uma alternativa promissora de desenvolvimento, principalmente pelo fato desses bens e serviços específicos terem promovido um rendimento diferenciado, fenômeno que originou a teoria da Renda de Qualidade Territorial (RQT), o que possibilitou a agenda de pesquisas sobre a CBST em diversos países, inclusive o Brasil (CAZELLA, et al., 2024)

Em linhas gerais, a CBST pode ser entendida como o conjunto de bens e serviços territorializados, produzidos a partir de recursos específicos, que inclui o saber-fazer, a infraestrutura, o patrimônio histórico, cultural e natural, entre outros fatores que contribuem para a qualidade de vida e para a atratividade econômica (Pecqueur, 2001;

Hirczak et al., 2008). A RQT corresponde à renda adicionada pela valorização articulada desses bens e serviços específicos do território (Mollard, 2001; Pecqueur, 2001). Pode-se dizer que, enquanto a cesta congrega os bens e serviços específicos de um território, a renda de qualidade territorial é o resultado econômico que deriva da otimização e valorização desses recursos.(CAZELLA, et al., p.2, 2024)

No contexto brasileiro a festa é uma presença constante e marcante em nossa vida individual e coletiva, sendo o Brasil um país muito caracterizado pela festa, onde destacamos alguns símbolos nacionais como o carnaval, futebol e o samba.

Costuma-se dizer, e não sem razão, que o Brasil para em dezembro (afinal, é natal e nos vangloriamos de ser ainda, em que pesem os números dos últimos censos, o maior país católico do mundo) e só volta a funcionar depois do carnaval, parando novamente na páscoa e no período das festas juninas. E assim vivemos, com a festa pautando e regulando nossas vidas no ritmo de sua incessante sucessão no calendário. Vale dizer, portanto, que as manifestações festivas marcam o tempos fortes, os momentos culminantes, as alternâncias de ritmo e de intensidade da vida individual e coletiva, a peridiocidade das passagens, articulando tradição e modernidade, passado e presente, lançando perspectivas de porvir, mostrando-nos que a vida pode ser uma efervescente experiência de gozo e de dissipação. (PEREZ et al., p.13, 2012)

No estado do Maranhão, podemos destacar como grandes expressões da cultura popular o Tambor de Crioula, o bumba-meu-boi, os terreiros de matriz africana, onde no Maranhão se destaca a mina, assim como os festejos de santo que podem tanto estar relacionado a uma comunidade católica, um terreiro, ou a realidade de um grupo social específico. Os festejos de Santo ganham destaque no estado do Maranhão, por ser uma expressão de grande manifestação seja na capital de São Luís ou no interior do seu vasto território, onde destacamos a grande presença dos povos e comunidades tradicionais. Cada uma dessas festividades possui dinâmicas específicas, que variam de acordo com o contexto de sua reprodução, mas todas se assemelham por serem expressões coletivas e de caráter tradicional, que geram identidades para a população Maranhense.

Para entender a dinâmica dessas festividades na região de Campos e lagos, atrelada a ideia de desenvolvimento territorial a partir da metodologia da Cesta de bens e serviços territoriais, que coloca em discussão a ideia de governança territorial e renda de qualidade territorial, toma-se como referencial as atividades de inventários participativos desenvolvidas nesse território, especificamente no município de Vitória do Mearim, onde a equipe do Núcleo de extensão e desenvolvimento da UEMA(LABEX), teve contato com mestres e mestras da cultura popular, representando Terreiros de Matriz Africana, grupos de Bumba-meu-boi, Tambor de crioula, Festejos de Santos, danças populares.

Pensar a cultura popular a partir da ideia de desenvolvimento territorial, é partir da compreensão de que na contemporaneidade essas manifestações cada vez mais se aproximam a lógica do dinheiro e da circulação de capital. Segundo Harvey (1992), isto não significa que toda ação realizada dentro do sistema cultural é “reforçado ou descartada de acordo com as racionalizações post hoc do lucro”, mas é evidente que a lógica do capital “há muito está implícita nessas atividades”.

A definição de uma estrutura de governança territorial compõe-se, de um determinado contexto territorial – podendo ser um município, uma rede de municípios, uma região, etc. – onde os atores locais entram em relação e concebem instituições que os representam nesse acordo, além do próprio ambiente institucional pré-existente... Configura-se em torno de esquemas diversos (APL, Circuitos, Comitês), podendo ser uma governança de tipo variável, entre o público e o privado.(FUINI, 2012, p.96)

Partindo dessas abordagens, o artigo levanta uma discussão que tem como objetivo nos permitir analisar os resultados das atividades de inventário participativo empregadas como uma das metas da metodologia da Cesta de bens e serviços territoriais, visando a identificação da dinâmica cultural do território Campos e Lagos a partir da lógica de desenvolvimento territorial e seus elementos constituintes como a ideia de governança territorial e renda de qualidade territorial, onde destacamos as relações estabelecidas entre os atores locais, que envolvem as secretarias municipais de cultura, turismo, conselhos municipais de cultura, assim como os articuladores culturais locais, que são os mestres e mestras da cultura popular.

2. Revisão da Literatura

De acordo com Pecqueur (2001) e Mollard (2001), Os bens e serviços territoriais são resultados das relações entre os agentes públicos, privados e associativos com o espaço, destacando-se que a partir dessa relação é possível estabelecer um padrão diferenciado de renda, esse novo padrão corresponde à Renda de Qualidade Territorial.

O enfoque da CBST compreende uma estratégia coletiva e diferenciada de desenvolvimento territorial empreendida por um coletivo de multiatores, enquanto a RQT é uma teoria correlacionada e resultante dessa estratégia de valorização de recursos territoriais específicos. (CAZELLA, et al., p.3, 2024)

Com base em Benko e Pecqueur (2001), Cazella(2024) vem afirmar que os recursos são os fatores a revelar e a explorar, constituindo uma reserva e um potencial latente, enquanto os ativos são os recursos em atividade. Os recursos e ativos genéricos são totalmente transferíveis

e seu valor é um valor de troca. Já os recursos e ativos específicos são aqueles que possuem características únicas e intransferíveis, ligadas diretamente ao território no qual estão localizados. É um processo decorrente de contribuições de atores sociais de diversas categorias profissionais e da integração de outros elementos, a exemplo de amenidades ambientais (paisagens, climas, etc.), saberes tradicionais e fatores históricos e culturais.

Percebe-se que o Estado já não é mais o detentor de toda a regulação social, econômica e política, dividindo essa responsabilidade com as corporações globais e as instituições civis não governamentais, fazendo com que se produza, sobre o território nacional, um poder fragmentado especializado por setores econômicos, integrando porções territoriais não contíguas através de redes técnicas e organizacionais em que prevalece a hegemonia corporativa sobre as solidariedades orgânicas. Segundo Fuini (2012), As mudanças estruturais ocorridas com os Estados nacionais e as atividades econômicas impuseram novos desafios quanto às formas de regulação e de planejamento nacionais e regionais. Por exemplo, o planejamento e o desenvolvimento passaram de regional para territorial

A governança territorial é definida como o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório, atendendo a premissa de resolução de problemas inéditos. Esses compromissos articulam: os atores econômicos entre si e estes com os atores institucionais, sociais e políticos através de “regras do jogo” e, a dimensão local e a global (nacional ou mundial) através das mediações realizadas por atores ancorados no território (COLETTIS et al., 1999). (FUINI, 2012, p.95)

Sendo assim, uma estrutura de governança territorial compõe-se de um determinado contexto territorial – podendo ser um município, uma rede de municípios, uma região, etc., onde os atores locais entram em relação e concebem instituições que os representam nesse acordo, além do próprio ambiente institucional pré-existente. Dessa forma, o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais.

As iniciativas relacionadas ao desenvolvimento local visualizadas atualmente no território brasileiro compreendem demandas bastante diversificadas presentes nos campos econômico, social, cultural, ecológico, sendo representantes desse movimento: os Arranjos Produtivos Locais (APL), os Circuitos Turísticos, as Agências e Conselhos de Desenvolvimento local/regional, os Consórcios Intermunicipais, as Regiões Metropolitanas, entre outras estruturas político-institucionais”(FUINI, 2012, p.98)

Tomando como base essas percepções, o trabalho buscou entender a dinâmica de governança territorial atrelada a ideia de renda de qualidade territorial, a partir do emprego da metodologia de inventários participativos do IPHAN, na região de campos e lagos, onde vem sendo desenvolvida a metodologia da Cesta de bens e serviços territoriais, que traz como um de seus objetivos: i) inventariar e analisar os componentes potenciais e já ativados da CBST nos territórios amazônicos: produtos e serviços de qualidade territorial, bens públicos (paisagem; patrimônio natural, cultural, histórico e arquitetônico) e sistema de governança territorial.

A região de campos e lagos concentra a maior população negra do estado do Maranhão, assim como o maior número de comunidades negras rurais quilombolas, o que influencia nas festas, práticas religiosas, no trabalho. Como afirma Almeida (2021), o marco histórico para formação de quilombos nesse território foi o séc. XVIII e XIX, onde há uma intensificação do comércio de africanos escravizados para inserção do Maranhão no comércio agroexportador, antes da abolição foi uma região marcada por duas grandes revoluções históricas a Balaiada e a Insurreição de Viana, que, segundo a autora, atingiu toda a baixada maranhense, abalando de forma significativa as estruturas escravistas não só nessa região como em toda a Província.

“Além da educação, a resistência negra na Baixada Ocidental Maranhense tem se mostrado na preservação de suas crenças e costumes, festas, rituais, economia... “as festas de santos, para além da riqueza de detalhes de suas cerimônias, podem ser pensadas como celebrações da autonomia conquistadas pelos ancestrais” (Souza Filho e Andrade, 2012: 77). Nesse sentido destaca-se a festa do Divino Espírito Santo na sede do município e a festa de Santa Teresa em Itamatatua, no mesmo município...A importância do tambor de crioula na Baixada pode ser percebida no festival que ocorre há 24 anos na cidade de Pinheiro todo dia 13 de maio. Esse festival de tambor de crioula reúne grupos locais e de outros municípios da Baixada Ocidental Maranhense. Antes de se tornar um festival o evento foi pensado para ser uma espécie de confraternização entre os grupos de tambor de crioula, e era promovido pelo Sr. José Martins Soares, conhecido como “Zé Macaco” (já falecido) como mostrou uma matéria jornalística veiculada pela TV Mirante em maio de 2011. Hoje seus filhos o fazem como forma de homenagear o pai, mas também para dar visibilidade a essa manifestação típica da cultura negra, pois entendem que ainda existe muito preconceito em relação às manifestações culturais da população negra.(ALMEIDA, 2021, p.240-241)

O tambor de crioula é uma manifestação afro-brasileira, que representa uma forma de expressão do Maranhão, ocorrendo na maioria dos municípios do Maranhão, envolvendo uma dança circular feminina, canto e percussão de tambores. Dela participam as coreiras ou dançadeiras, conduzidas pelo ritmo intenso dos tambores e pelo influxo das toadas evocadas por tocadores e cantadores, culminando na punga ou umbigada — gesto característico, entendido como saudação e convite. O Tambor de Crioula inclui-se entre as expressões do que

se convencionou chamar de samba, derivadas originariamente do batuque, como o jongo no Sudeste, o samba de roda do Recôncavo Baiano, o coco no Nordeste e algumas modalidades do samba carioca. Além de sua origem comum, constata-se traços convergentes na polirritmia dos tambores, no ritmo sincopado, nos principais movimentos coreográficos e na umbigada. Praticado livremente, seja como divertimento ou em devoção a São Benedito, o Tambor de Crioula não tem local definido ou época fixa de apresentação, embora se observe uma maior ocorrência durante o Carnaval e nas manifestações de bumba-meu-boi. Trata-se de um referencial de identidade e resistência cultural dos negros maranhenses, que compartilham um passado comum. Os elementos rituais do Tambor permanecem vivos e presentes, propiciando o exercício dos vínculos de pertencimento e a reiteração de valores culturais afro-brasileiros.

Os terreiros de matriz africana, representam outra forma de expressão maranhense, Segundo Ferretti (2008), o Tambor de mina se configura como uma manifestação religiosa afro-brasileira típica do Maranhão, que surgiu em São Luís antes da abolição da escravidão (ocorrida em 1888) mas, há muito, saiu da capital e foi levado para as cidades litorâneas e do interior do estado, onde se integrou a tradições religiosas locais. De acordo com a autora, apesar de possuir características próprias, o tambor de mina foi sincretizado com o terecô (tradição afro-brasileira desenvolvida em Codó, no interior do estado), com a cura (pajelança maranhense), com a macumba, tradição afro-brasileira proveniente do Centro-Sul e com a umbanda, bastante influenciada por essa última, e, mais recentemente, com o candomblé, tradição afro-brasileira surgida na Bahia, hoje amplamente difundida no Brasil.

Os terreiros de mina mais antigos e tradicionalistas de São Luís - a Casa das Minas (jeje) e a Casa de Nagô - foram fundados por africanas em meados do século XIX. Embora a primeira seja mais conhecida na literatura, a Mina-nagô é mais difundida, pois muitos terreiros que já desaparecem foram abertos por voduns que passaram por ela. A maioria dos terreiros maranhenses, no entanto, apesar de cultuar voduns e orixás (entidades espirituais do panteão jeje e nagô), como aquelas, é comandada por entidades caboclas (brasileiras, integradas posteriormente às africanas) e preserva tradições que, segundo fontes orais, vem dos 'cambinda', dos bijagó, dos felupe, dos fanti-ashanti e de outros povos africanos que teriam entrado no Maranhão como escravos. (FERRETTI, 2008, p.2)

A partir da investigação da autora, o termo tambor de mina deriva de denominação dada no Brasil a escravos sudaneses de diversas etnias, embarcados no forte português de São Jorge Del Mina, na Costa do Ouro, atual Gana (RODRIGUES, 1935, pp.164-5; FERRETTI, S. 1996, p.11; 300). Embora não se possa afirmar com segurança quando a mina (tambor de mina) surgiu na capital maranhense, sabe-se, com base em documentos encontrados na Casa das Minas e no Arquivo Público do Estado, que, na 2ª metade do século XIX, tanto aquele terreiro como a Casa

de Nagô já funcionavam no lugar em que se encontram hoje e pediam licença para fazer festa (FERRETTI, M. 2001, p. 191-192).

Já os festejos de santos, são Celebrações realizadas como forma de promessa a algum Santo Católico, envolvendo em suas programações o Sagrado e o profano. No Maranhão, quando ligados a terreiros afro-brasileiros, os festejos fazem sincretismo religioso com as entidades espirituais das religiões afro-brasileiras, onde há a presença do tambor de mina, essa manifestação cultural da religião afro-brasileira característica da população Negra do estado. As promessas variam desde graças alcançadas pela saúde á bens materiais. Os festejos podem durar um, dois, três dias até um mês. Os Festejos de Santos são manifestações culturais que estão presente no decorrer do ano no Estado do Maranhão, especialmente nas comunidades tradicionais, como as quilombolas que guardam uma quantidade expressiva da população negra do estado.

O principal festejo do Maranhão é o São João, que é celebrado durante todo o mês de junho, envolvendo a devoção a três santos – Santo Antônio, no dia 13 de Junho, São Pedro, no dia 29 e São Marçal no dia 30 atrelado as apresentações de diversas manifestações culturais do estado, com destaque aos grupos de Bumba-meu-boi, o tambor de crioula, o cacuriá, a quadrilha, a dança do coco. Apesar do mês de junho ser a referência para ocorrência dessa celebração, sua organização acontece durante todo o ano, por meio dos grupos de bumba-meu-boi, que fazem a festividade acontecer, pois é preciso eleger padrinhos, temática, composições e compositores, indumentárias, ensaios e locais para ensaios, comercialização de comidas e Bebidas.

Como elemento de destaque desse festejo, os grupos de bumba-meu-boi, extrapolam o aspecto lúdico de um folguedo para fazer sentido como uma grande celebração em cujo centro gravitacional se encontra o boi, o seu ciclo vital e o universo místico-religioso no qual está inserido. Profundamente enraizado no cristianismo e, em especial, no catolicismo popular, o Bumba-meu-boi envolve a devoção aos santos juninos São João, São Pedro e São Marçal, que mobilizam promessas e marcam algumas datas comemorativas da festa. Os cultos religiosos afrobrasileiros do Maranhão, como o Tambor de Mina e o Terecô, também estão presentes nessa celebração pela obrigação espiritual dos filhos de santo desses cultos com seus encantados, que requisitam um boi para se divertir.

O Bumba-meu-boi do Maranhão comporta diversos estilos de brincar sem que, contudo, se tornem manifestações distintas. Cinco desses estilos recebem a denominação de sotaques da Baixada, de Matraca, de Zabumba, de Costa-de-mão e de Orquestra, nos quais estão agrupados

bois que apresentam similaridades na dança, música, personagens e indumentária. No entanto, esses estilos não são os únicos, pois existem muitas variações da brincadeira, conforme as localidades onde ocorrem. Nos dias atuais, o Bumba-meu-boi é feito por grande número de pessoas, homens e mulheres de diferentes classes sociais - em geral devotos de São João, o dono da festa - e que atuam profissionalmente como estivadores, pescadores, trabalhadores rurais, funcionários públicos, operários da construção civil e estudantes, entre outras atividades.

O Bumba-meu-boi é vivenciado pelos brincantes ao longo do ano. As apresentações dos grupos de Bumba-meu-boi acontecem em vários municípios do Maranhão e concentram-se durante os festejos juninos. Entretanto, os preparativos para a festa se iniciam alguns meses antes, quando começam os treinos com a apresentação, para o grupo, das toadas e das matanças (quando há); e, ainda, a preparação das indumentárias dos bumbas e, especialmente, do couro do boi. Seu ciclo festivo e de apresentações pode ser apreendido em quatro etapas: os ensaios, o batismo do boi, as apresentações e brincadas e a morte. Apesar da figura do boi ser o elemento central, a celebração reúne diversas linguagens artísticas, podendo ser entendida como um vasto “complexo cultural”. Congrega, assim, várias expressões que fornecem sua característica específica. São aspectos intrinsecamente relacionados à celebração e indissociáveis: o boi, a festa, os rituais, a devoção aos santos associados à manifestação, as toadas, as danças, as performances cômicas, os personagens, os artesanatos e demais ofícios, os instrumentos, os estilos de brincar o Bumba-meu-boi e o caráter lúdico desse bem cultural. (IPHAN, 2026)

Essa festa tão múltipla e densa tem a arte como um dos seus elementos estruturantes e por isso apresenta muitas formas de expressão, dentre as quais: as coreografias; as toadas; a batucada; os autos e matanças, denominados, ainda, como comédia, palhaçada, doidice; e os diversos personagens do Bumba-meu-boi, tais quais as figuras do cazumba, dos vaqueiros, do amo ou cantador - em algumas regiões conhecido por patrão, cabeceira, mandador e mandante -, do miolo - também chamado de arma/alma, tripa, fato/fateiro, rolador, mulher do boi, esprito/espírito do Boi -, e dos personagens indígenas, como as índias, caboclos de pena, tapuias e índios.

Dentre os muitos ofícios atrelados às atividades do Bumba-meu-boi, alguns dos modos de fazer são relativos aos artesanatos: os bordados; a armação do boi, denominada de carcaça, cangalha ou capoeira; os bichos e caretas dos autos e matanças, conhecidos como bicharadas e máscaras das palhaçadas e matanças; a indumentária do Bumba-meu-boi, que recebe o nome, entre os praticantes da brincadeira, de farda; e os variados instrumentos de percussão, entre outras manifestações culturais associadas (como o tambor de crioula e o tambor de mina).

Nos outros dias do ano são celebrados diversos Santos ligados a história dos municípios, comunidades, povoados, assim como ao Estado e ao País, como é o caso de São Sebastião, no mês de Janeiro, Nossa Senhora Aparecida, em outubro, São Jorge, em Agosto, e Nossa Senhora

da Conceição, em dezembro. Cada lugar guarda suas especificidades em relação a organização e programação de cada festejo. Dentro das comunidades tradicionais a organização desses festejos envolvem a indicação de Padrinhos ou madrinhas que vão organizar e desenvolver as festividades do ano seguinte, que vão pensar a indumentária específica do festejo, culinária, dentre outras articulações.

3. Cultura e desenvolvimento territorial

Com base em Harvey (1992), Maia (2008) afirma que há atualmente uma íntima relação entre a ascensão de formas culturais pós-modernas e os modos mais flexíveis de acumulação do capital vinculados e expostos através deste novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo: “vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972”.este modelo de desenvolvimento através da cultura está profundamente ligado a um sistema de produção, marketing e consumo.

De acordo com Belem & Donadone (2013), visando criar novas fontes de recursos para impulsionar o campo de produção artístico cultural brasileiro, desde o final da década de 1980, estendendo-se por toda a década de 1990 até os dias atuais, as leis de incentivo fiscal à Cultura constituem um componente fundamental na produção de bens culturais no Brasil (BOTELHO, 2001).

As leis de incentivo à Cultura operam dentro desta lógica dupla intrínseca aos bens culturais, pois elas garantem ao incentivador, em geral uma empresa, associar-se ao produto cultural incentivado gerando benefícios midiáticos, o chamado marketing cultural. Através das leis de incentivo, algumas empresas brasileiras incluíram o fomento à cultura em suas estratégias tributárias, de marketing e de Responsabilidade Social Empresarial. (Belém, 2013, p.51)

Esta lógica de financiamento que privilegia o mercado, ainda que pelo uso de recursos públicos, se expandiu para estados e municípios e foi incorporada por outras leis nacionais. Este formato propõe uma parceria entre o poder público e o setor privado, na qual o primeiro abdica de parte dos impostos devidos pelo segundo, e este em contrapartida, investe recursos próprio na promoção de determinado produto cultural. A ideia propagada pelas leis de incentivo à Cultura é a de que este mecanismo introduz a Cultura na esfera da produção e do mercado. Afirmase criar um mercado nacional de artes, não apenas fornecer incentivos fiscais (BARBALHO,2007). (Belém, 2013, p.51-52)

Diante desse novo cenário, o desafio que se tem observado é a elaboração de políticas comprometidas com as manifestações culturais locais específicas, direcionadas para o desenvolvimento local integrado e duradouro.

3. Metodologia

3.1 O projeto ‘‘ Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos no Maranhão’’

O projeto ‘‘ Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos no Maranhão (2022)‘’, tem como finalidade a Identificação recursos e ativos que possam constituir uma oferta composta e sinérgica de produtos e serviços territoriais. Para isso, são mobilizados atributos ambientais, paisagísticos, arquitetônicos, históricos e culturais associados a sistema agroalimentares localizados e ao turismo rural de base comunitária (TRBC), por meio da construção social de um sistema de governança territorial, que integre atores públicos, associativos e privados, os quais orientam as ações para a geração de uma renda de qualidade territorial. Essa renda territorial é apropriada por diversos segmentos produtivos ou de prestação de serviço, promovendo melhorias de indicadores de sustentabilidade e de desenvolvimento dos territórios rurais.

A proposta apresenta como objetivo geral a co-construção, por atores públicos, privados e associativos, de um arcabouço teórico-metodológico de análise do DTS, a partir do enfoque da CBST, bem como a proposição de ações voltadas a transições sustentáveis no Marajó (Pará), e Campos e Lagos (Maranhão). Dentre os objetivos específicos do projeto que guiam a construção deste artigo, destacamos o objetivo i) inventariar e analisar os componentes potenciais e já ativados da CBST nos territórios amazônicos: produtos e serviços de qualidade territorial, bens públicos (paisagem; patrimônio natural, cultural, histórico e arquitetônico) e sistema de governança territorial.

3.2 Inventário cultural participativo

Tendo como marco o contexto do último período de regimes ditatoriais e da avalanche neoliberal, observamos um dos fatos culturais mais instigantes da América Latina, que foi a inesperada emergência de políticas voltadas para comunidades indígenas e afrodescendentes. Embasada no pensamento de Lifschitz (2011), Ntarelli(2012) vem descrever que trata-se de

uma arqueopolítica emergente, porque se retrotraí ao passado de povos originários e afrodescendentes e que acontece em âmbitos comunitários, o que implica atualizar uma trajetória histórica que vem dos tempos coloniais. Segundo a autora, as comunidades tradicionais vem sendo um âmbito privilegiado de políticas públicas e de instituições e agências privadas (agências culturais, ONGS, turismo cultural, dentre outras), fator que imprimiu mudanças na dinâmica comunitária, principalmente, com a difusão de ações e programas voltados a ‘reconstrução’ de identidades étnicas, questão que além de ser inédita do ponto de vista da cultura tem desdobramentos no plano político.

No Brasil, foi somente com a Constituição de 1988 que a cultura efetivamente ascendeu-se ao patamar de ser tratada não somente como dever do Estado, mas como direito de todos os cidadãos. Destaca-se o conceito de patrimônio cultural consagrado na Constituição Federal de 1988, que estabelece um marco legal para a valorização e proteção da diversidade cultural brasileira. A Constituição, em seu artigo 216, define patrimônio cultural como os bens de natureza material e imaterial, individual ou coletivamente considerados, que remetem à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (NATARELLI, 2012, p.52)

A metodologia de inventários culturais participativos toma como base o artigo 215 da constituição federal brasileira, que em seu parágrafo primeiro aborda sobre o papel do estado em apoiar, incentivar, valorizar e proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Assim como o artigo 216, que compreende como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, referentes à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, sendo dever do poder público, com a colaboração da comunidade, a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

O patrimônio cultural, entretanto, vai além de uma categoria legal, emergindo de uma construção social que é legitimada conforme interesses políticos, econômicos ou científicos...Baseado na teoria de Llorenç Prats, que entende o patrimônio como uma construção discursiva e social...Conclui-se que as identidades culturais são fluidas e politicamente moldadas. O turismo, por exemplo, transforma tradições em mercadorias, enquanto o Estado molda versões ideológicas do patrimônio. (SONNTAG et. Al., 2024, p.3)

Neste viés, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define patrimônio material como o conjunto de bens culturais tombados, tangíveis, que possuem valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico e/ou científico; enquanto o patrimônio imaterial é definido como o conjunto de práticas, representações, saberes e tradições que são cultivados

em sociedade, que contribuem para a construção da identidade de um lugar. Com base no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o IPHAN classifica os bens culturais em Celebrações, Lugares e edificações, objetos, formas de expressão e saberes ou ofícios e modos de fazer.

4. Resultados

Compondo a região de campos e lagos, temos o município de Vitória do Mearim, que possui uma divisão interna em microterritórios: Japão, Coque, Região dos J, Sede/Centro. A equipe do núcleo de pesquisa e extensão da UEMA (LABEX), teve acesso a esses microterritórios, onde foram identificadas manifestações culturais que se encaixam em todas as cinco categorias culturais definidas pelo IPHAN na estruturação de um inventário participativo: Lugares (espaços com sentidos especiais), Objetos (elementos materiais de memória), Celebrações (rituais e festas), Formas de Expressão (linguagens e artes) e Saberes (técnicas e modos de fazer tradicionais):

Quadro 1: Manifestações culturais tradicionais identificadas e classificadas de acordo as categorias do IPHAN (2022/2023)

Comunidade	Celebrações	Formas de Expressão	Ofícios e modos de fazer	Lugares	Edificações	
Centro	Festejo Católico – Bairro Engenho Grande	Bumba-meu-boi Tucum (orquestra); Bumba-meu-boi Rei da União (matraca)	Pesca	Rio Mearim (bairro arraial); Estação de desembarque de passageiros do trem da vale (comunidade Todo dia)	Terreiro – Tenda espírita de São José de Ribamar; Primeira Fábrica de beneficiamento do babaçu (comunidade Todo dia)	
Centro		Bumba-meu-boi Alegria de São João (matraca); Bumba-meu-boi Brilho de São João; Tambor de crioula Manto Santo; Tambor de Crioula Acento de São Benedito	Culinária (comunidade Beira rio)	Exuberância de paisagens naturais (comunidade pedras); formação de planície flúvio lacustre, na curva do rio mearim (comunidade estirão grande)	Beco da cultura; praça da Santa Nossa Senhora de Nazaré; Igreja de Nossa Senhora de Nazaré; Casa de cultura;	
Juçaral da margarida (região dos jotas)			Pesca e agricultura	Área de campos e lagos inundáveis		

XVI World Congress of Rural Sociology
64th Congress of the Brazilian Society of Rural
Economics, Management and Sociology

JULY 19 - 23, 2026 | PORTO ALEGRE/RS | BRAZIL | UFRGS

Jaguari (região dos jotas)			Pesca e agricultura	Lagoa azul		
Ferreira (região do coque)			Pesca e agricultura	Lago dos Ferreira (maior lago do município)		
Paiol (região do coque)			Pesca e agricultura	Comunidade Ribeirinha (rio grajaú) – onde existem várias praias de areia no período de estiagem		
Região do coque	Festejo de São Raimundo Nonato -21 a 31 de agosto(Terreiro São Raimundo Nonato)- Raimundo Nonato (64 anos) e Graciele esposa (24)	Bloco car navalesco(Célia Regina)-9 anos			Tenda São Raimundo Nonato - Terreiro Umbanda / Mina – Federação de Umbanda do Maranhão	
Região do Coque	Festejo 3 de outubro; 1 de dezembro Festejo de Santa Bárbara				Tenda São Francisco - Antonio Nilson Luis (43 anos)	
Região do coque	Comunidade católica São Sebastião – padre Danrley (2023)					
São Lourenço (região do Japão)				Área de preservação permanente/ campos e lagos inundáveis		
Passagem de areia – ilha do furo (região do Japão)				Ilha de mais de 20 hectares no meio do Rio Mearim		
Sumaúma (região do Japão)	Baile de São Gonçalo - Povoado Marajá -Festival do peixe - povoado São Benedito -Festejo São Benedito - Povoado São Benedito	Literatura Oral - Carrinho	Quebradeiras de coco babaçu/ - Produtos variados do babaçu: bolo, biscoito, pão, pudim, bolo, mingau, caldo; óleo, sabão, sabonete, hidratante; carvão, cerca, telhado, adubo/ comercialização: Pedrinhas, comunidades Serra e Arraial/ Função social do extrativismo do babaçu: sustento		Centro de beneficiamento do coco babaçu; Associação de Quebradeiras de Sumaúma do Japão -Padaria Sabores do babaçu -Rio - Povoado São Benedito	

			familiar, liberdade financeira para mulheres:			
São Benedito (região do Japão)				Rio grajaú; uma das comunidades mais antigas do município		
Santa Rosa de Lima	Festejo de Santa Rosa de Lima					
Quantidade	9	8	3	11	11	42/16

As comunidades tradicionais, especializadas dentro das classificações dos microterritórios de Vitória do Mearim apresentam uma diversidade cultural que expressam a riqueza cultural da região de Campos e lagos, no Maranhão. A população dessas comunidades geralmente frequentam e representam diversas manifestações culturais aqui listadas, de forma que ocorre um fluxo de pessoas para prestigiar cada brincadeira em cada comunidade. A organização, assim como os recursos financeiros para que essas manifestações culturais aconteçam são realizadas e adquiridas pelo apoio da própria população tendo em vista a falta de comprometimento do poder público municipal com essas realidades, cujas relações são marcadas por interesses políticos de gestão.

O que se observa nesses contextos é que os articuladores culturais, onde destacamos os mestres e mestras da cultura popular, ressaltam a falta de investimento público para manutenção das manifestações culturais, o que acarreta um maior envolvimento da juventude, e consequentemente a manutenção das tradições, pois há ausência de recursos básicos, como um centro de referência cultural para os ensaios, no caso dos grupos de Bumba-meu-boi, assim como material para produzir as diversas indumentárias que compõem as manifestações culturais, transporte, alimentação, ajuda de custo para os brincantes.

O município possui um Conselho municipal de cultura que não está em atividade, sendo apenas a Secretaria de cultura responsável pela gestão cultural das manifestações dentro do calendário cultural da cidade como carnaval, São João, assim como dos recursos oriundos das leis de incentivos fiscais, como a Lei Paulo Gustavo. Esse domínio da secretaria sobre a gestão cultural, faz com que os fazedores de cultura locais tenham pouca autonomia para gerir suas manifestações culturais, o que coloca em questão a problemática do direito e acesso a cultura dentro dessa realidade.

O IBGE, chegou-se ao alarmante resultado de que não chega a 20% o número dos brasileiros que estão hoje envolvidos em um processo de consumo e desenvolvimento cultural. Sendo assim, não basta reconhecer que o povo faz cultura, é necessário, em

um país democrático do século XXI, disponibilizar inteiramente cultura para todos, em todas as regiões do Brasil. Essa é uma responsabilidade inalienável do Estado para com o povo.” (NATARELLI, 2012, p.51)

A política de incentivos fiscais ao invés de beneficiar o consumo cultural, distancia o seu público, priorizando lucros e não a difusão e consequente conscientização, as leis de incentivo aprovadas aqui, entronizam o viés público de considerar, sempre, a cultura como produção, e não como consumo. Para garantir o pleno exercício dos direitos culturais, bem como a inclusão social, o Estado deve envolver todos os atores interessados na construção e implementação das políticas de cultura, pois o primeiro ponto que se deve considerar na formulação de uma política nacional de cultura é a definição clara do papel do Estado.

Um exemplo claro disto está no surgimento do “novo empreendedorismo urbano” (uma estratégia de desenvolvimento territorial local) que observamos dentro da administração pública atual das cidades, a qual se apoiando em parcerias público-privadas, vem enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar “em cima” da cultura, isto é, a cultura “serve” como uma das opções básicas para este empreendedorismo, onde “tradições” e eventos culturais (festivais, festas, roteiros históricos, etc.) se tornam foco de atividades de investimentos. Por isso, neste caso os espetáculos e as exposições culturais se transformam em símbolos de uma comunidade dinâmica, deste modo, esta região urbana tem a expectativa de poder aderir e sobreviver como o local de solidariedade comunitária, enquanto analisa a opção de se aproveitar do consumo conspicuo num oceano de recessão em expansão. a idéia de cultura está inteiramente integrada à economia e a política do mundo capitalista contemporâneo. (MAIA, 2008, p.10-11)

Diante desse cenário, o desafio, portanto, é redefinir conceitos e métodos, reeditar a história, elaborar políticas comprometidas com as manifestações culturais locais específicas, direcionadas para o desenvolvimento local integrado e duradouro, pois o desenvolvimento territorial provém da sinergia das forças e das capacidades locais com os meios exógenos, além das inversões privadas ou créditos públicos, tudo isso associado também com o âmbito cultural, ou seja, no processo de desenvolvimento, o fator cultural se encontra estreitamente relacionado aos demais, bem como vinculado à iniciativa local, ao potencial humano, à política propriamente dita, ao patrimônio histórico e cultural, à capacidade criadora e inventiva.

5. Considerações finais

Na região de Campos e lagos, a partir da metodologia da Cesta de bens e serviços territoriais, a cultura popular pode ser entendida como um ativo específico, pela sua capacidade

de contribuir para o desenvolvimento territorial e gerar uma renda de qualidade territorial, uma vez que pode fortalecer a capacidade de um território em utilizar seus recursos de maneira eficiente e inovadora, quando associada, por exemplo, a uma proposta de turismo rural de base comunitária. Segundo Cazella (2024) os ativos específicos territoriais incorporam, para além dos custos de produção, atributos ambientais, paisagísticos, históricos e culturais, que os tornam produtos específicos e diferenciados e que podem propiciar um excedente maior ao consumidor, tornando a demanda inelástica em razão das preferências dos consumidores para se beneficiar de tais recursos.

O efeito-cesta está mais distante de ocorrer em razão da dificuldade de coordenação dos atores territoriais na organização de uma oferta conjunta. Isso, no entanto, é um limitador para a geração da RQT? Entende-se que a RQT não prescinde do efeito-cesta, uma vez que ela pode ser gerada tanto nas ofertas sinérgicas (efeito-cesta) quanto nas ofertas dispersas, conforme apresentado em Mollard (2001)... Assim, as dificuldades associadas à coordenação dos atores locais não impedem a existência da RQT, porém a governança territorial é um componente central na sustentabilidade desse tipo de renda. Caso os atores locais não se articulem pode ocorrer a perda de valor ou até a (CAZELLA et al., p.6, 2024)

A renda de qualidade territorial e a abordagem teórico-metodológica da cesta de bens e serviços territoriais são conceitos em construção. Os próprios pesquisadores dessa metodologia afirmam que dificilmente será encontrado um modelo ideal e que, por isso, cada caso deve ser analisado a partir das suas peculiaridades. “Essa constatação soma-se à observação de Mollard (2001) sobre o quão “delicado” é o desafio metodológico para se avaliar a RQT. No estágio atual pode-se afirmar que ela existe, mas sua quantificação ainda carece de procedimentos a serem formulados.” (CAZELLA et al., p.9, 2024)

Nesse sentido, a ideia de rota de turismo comunitário na região de Campos e Lagos está associada diretamente a um tipo de planejamento turístico específico que se pauta no aproveitamento dos atrativos regionais associados à oferta de determinados serviços e infraestrutura - atividades de lazer e recreação, rede hoteleira, atividades comerciais, manifestações culturais locais.

Referências

ALMEIDA, M. da C. P. Baixada afro-maranhense: aspectos históricos da trajetória de negros e negras na baixada ocidental maranhense. Revista escripturas, Ceará, v. 5, n. 1. 2021. p. 223-244.

BELEM, M. P.; DONADONE, J. C. A Lei Roanet e a construção do ‘mercado de patrocínios culturais’. *Norus – Novos Rumos Sociológicos*, v.1, n.1, p.51-61, jan/jun. 2013.

FUINI, Lcas Labigalini. Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: arranjos produtivos locais (APL) e circuitos turísticos. *Interações (Campo Grande)*, v.13, n.1, p.93-104, 2012.

FERRETTI, Mundicarmo. A mina maranhense, se desenvolvimento e suas relações com outras tradições afro-brasileiras. Publicado em **MAUÉS, R. e VILLACORTA, G.** Pajelança e religiões afro-brasileiras. Belém: EDUFPA, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília, DF: Iphan, 2016.

MAIA, A.C. Cultura e desenvolvimento territorial: Considerações teóricas e o caso de Guaramiranga-CE. In: VII Colóquio de transformações territoriais, 2008, Curitiba. Desenvolvimento, integração regional e território: Marcos conceituais e de integração.

NATARELLI, Talita. A cultura do povo e para o povo: direito fundamental erradicado. *Cadernos de campo: Revista de Ciências Sociais*, n.16, p.49-63, 2012.

PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). Festa como perspectiva e em perspectiva. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 380p.

RAMOS, I.S.; TURNER, V.A.; CAZELLA, A.A.; PECQUEUR, B.; Renda de qualidade territorial: da teoria francesa aos estudos brasileiros. *Desenvolvimento em questão*, Unijuí, v.22, n.61, p.1-16, jul./ago. 2024.

SANTOS, Itaan de Jesus Pastor. Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos. Maranhão: UEMA, 2022.

SONNTAG, Jaques; MACHADO, N.T.G.; MACIEL, F. Patrimônio cultural: do senso comum a legitimação de Llorenz Prats. *Revista PPC – Políticas públicas e cidades*, Curitiba, v.13, n.2, p.1-13, 2024.